



Diário da Justiça do Estado do Piauí

ANO XLVII - Nº 10115 Disponibilização: Quarta-feira, 13 de Agosto de 2025 Publicação: Quinta-feira, 14 de Agosto de 2025

Nota de reserva:	2025NR02040
Ação Orçamentária Classificação Funcional Progr.: Natureza da Despesa: Plano Orçamentário: Nota de reserva:	6100 - Custeio Administrativo do Poder Judiciário Estadual 02.061.0115.6100 339030 - Material de Consumo 000163 - 2º Grau de Jurisdição 2025NR02041

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da publicação de seu extrato no Diário da Justiça, nos termos do art. 105 da Lei 14.133/2021.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Legislação Federal/Nacional: Lei 14.133/2021 e Lei nº 8.078/1990 e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. Edital de Licitação nº 01/2025/TJ/PI e seus anexos, constante do Processo Administrativo SEI nº 24.0.000135366-3; Da Proposta de Preço da CONTRATADA; Ao Termo de Referência 01/2025 (6351898); ARP nº 53/2025/TJ/PI.

DATA DA ASSINATURA:

Documento assinado eletronicamente por **Aderson Antonio Brito Nogueira, Presidente**, em 05/08/2025, às 20:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO NAKELSON GOMES DA SILVA, Usuário Externo**, em 13/08/2025, às 08:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **7131789** e o código CRC **A7C53410**.

25.0.000093850-8

Documento assinado eletronicamente por **Dielson Monteiro Brandão Filho, Servidor TJPI**, em 13/08/2025, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **7132174** e o código CRC **4343B4BC**.

7. GESTÃO DE CONTRATOS

7.1. Extrato de Acordo de Cooperação Nº 259/2025 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV

Extrato Nº 259/2025 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 42/2025 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV (6913831)

PROCESSO SEI Nº: 25.0.000024546-4

PARTÍCIPES: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ / REPRESENTANTE: Desembargador Presidente, ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA / **CNPJ:** 06.981.344/0001-05; por intermédio da **COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - CEJJIJ**, representada por seu Supervisor, o Desembargador OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO; e o **MUNICÍPIO DE FLORIANO / REPRESENTANTE:** Prefeito Municipal, ANTÔNIO REIS NETO / **CNPJ:** 02.169.204/0001-86.

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a cooperação mútua, técnica e administrativa, com vistas a promover maior integração de atividades de interesse comum entre as partes, bem como fomentar a correta e efetiva aplicação do Provimento nº 36, de 05 de maio de 2014 e do Provimento nº 116, de 27 de abril de 2021, do CNJ, e da Resolução nº 275 de 16 de maio de 2022, do TJPI, com o atendimento multidisciplinar de apoio especializado ao juízo de Infância e Juventude, visando à aplicação de medidas protetivas e socioeducativas.

VIGÊNCIA: O Acordo terá vigência de 05 (cinco) anos, contados a partir de sua publicação de seu extrato.

ASSINATURAS:

Documento assinado eletronicamente por **Antônio Reis Neto, Usuário Externo**, em 31/07/2025, às 13:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Aderson Antonio Brito Nogueira, Presidente**, em 05/08/2025, às 20:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Olímpio José Passos Galvão, Juiz de Direito**, em 07/08/2025, às 10:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **6913831** e o código CRC **AB434196**.

7.2. Extrato 267

Extrato Nº 267/2025 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONT

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Processo SEI nº 25.0.000066704-0

PROCEDIMENTO: PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO - ATO APOSTILADO: CONTRATO Nº 102/2025 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/SLC-APOIO

ATO: Apostilamento Nº 75/2025 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONT (7153905).

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (TJPI) - 040101, CNPJ nº 06.981.344/0001-05.

CONTRATADA: CBF - COMERCIO DE CONFECÇÕES BANDEIRAS LTDA, CNPJ nº 17.365.274/0001-87.

OBJETO: Prorrogação do prazo de entrega do material do Contrato nº 102/2025 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/SLC-APOIO (6876649), nos termos do subitem 4.1.1 da Cláusula Quarta do referido Instrumento Contratual.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo encontra amparo legal nos artigos 115, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

DATA DE ASSINATURA:

Documento assinado eletronicamente por Aderson Antonio Brito Nogueira, Presidente, em 12/08/2025, às 18:12, conforme art. 1º, III, "b", da



Acordo de Cooperação Técnica Nº 42/2025 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ E O MUNICÍPIO DE FLORIANO, COM A INTERVENIÊNCIA DA COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.

Processo SEI nº 25.0.000024546-4

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, órgão do Poder Judiciário do Estado, com sede na Avenida Padre Humberto Pietrogrande, n.º 3509, bairro São Raimundo, CEP 64.075-065, Teresina-PI, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.981.344/0001-05, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente **ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA**, por intermédio da **COORDENADORIA ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - CEJJI**, representado por seu Supervisor, o Desembargador **OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO** e o **MUNICÍPIO DE FLORIANO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Petrônio Portela, bairro Caixa d'Água, Floriano-PI, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 02.169.204/0001-86, neste ato representado pelo Prefeito **ANTÔNIO REIS NETO**.

CONSIDERANDO que é dever do Estado a proteção integral das pessoas em situação de vulnerabilidade;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 99.710, de 21 de novembro de 1990, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Lei n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA);

CONSIDERANDO as disposições da Lei n.º 8.069/1990, em especial o artigo 151, sobre a atuação das equipes multiprofissionais em procedimentos protetivos e socioeducativos de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO os Provimentos n.º 36, de 05 de maio de 2014, e n.º 116, de 27 de abril de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomendam a implantação de equipe multiprofissional em todas as comarcas dos Tribunais de Justiça, conforme os artigos 150 e 151 do ECA;

CONSIDERANDO o dever da família, do Estado e da sociedade de assegurar, com absoluta prioridade, à criança, ao adolescente e ao jovem os direitos fundamentais previstos no artigo 227 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a prioridade das políticas públicas de atendimento à infância e à juventude, bem como as diretrizes da Lei n.º 8.069/1990 para a aplicação de medidas específicas de proteção;

CONSIDERANDO a obrigação do Poder Judiciário de empreender esforços para garantir a celeridade e o aperfeiçoamento do processo de adoção;

CONSIDERANDO que o CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA estabeleceu como meta n.º 11 a promoção dos direitos da criança e do adolescente no âmbito das Justiças do Trabalho, Estadual e Federal;

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a cooperação mútua, técnica e administrativa, com vistas a promover maior integração de atividades de interesse comum entre as partes, bem como fomentar a correta e efetiva aplicação do Provimento nº 36, de 05 de maio de 2014 e do Provimento nº 116, de 27 de abril de 2021, do CNJ, e da Resolução nº 275 de 16 de maio de 2022, do TJPI, com o atendimento multidisciplinar de apoio especializado ao juízo de Infância e Juventude, visando à aplicação de medidas protetivas e socioeducativas.

1.2. A ação conjunta dos convenientes visa a execução de tarefas no âmbito de suas competências e atribuições, bem como o aprimoramento do serviço público, concernente à **disponibilização de profissionais na área da psicologia e assistência social, para atuarem no juízo de infância e juventude, realizando as atividades previstas na Resolução nº 275 de 16 de maio de 2022, respeitando a legislação que disciplina a matéria, bem como as condições deste acordo.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 Compete ao Município de Floriano/PI:

2.1.1 Apresentar as informações solicitadas pelo conveniado relativas aos servidores cedidos, bem como em relação à tratativa.

2.1.2 Realizar o pagamento da remuneração dos seus respectivos servidores cedidos ao Poder Judiciário, na forma do art. 12 da Resolução TJPI nº 108/2018.

2.1.3 Julgar e aplicar sanções relativas à apurações realizadas em desfavor dos seus servidores, em disposição/cessão, após apuração em procedimento instaurado no órgão de exercício.

2.1.4 Autorizar e estimular os(as) servidores(as) e/ou colaboradores(as) a participarem dos cursos de qualificação profissional com vistas ao aperfeiçoamento e à capacitação para desenvolvimento das atividades do presente acordo.

2.1.5. O Município de Floriano/PI deverá colocar à disposição/cessão inicialmente, no mínimo, um (01) psicólogo (a) e (01) assistente social para atuação junto ao Núcleo Multiprofissional Regional - NMR na Comarca de Floriano.

2.1.6. A **disposição/cessão** de mais servidores entre os partícipes far-se-á por meio de **solicitação formal**, devidamente justificada, apta a demonstrar o interesse público e a sua necessidade, indicando, ainda, as atribuições que deverão ser desempenhadas pelo servidor, na forma estabelecida pelo art. 19 da Resolução TJPI nº 108/2018.

2.1.7.A disposição/cessão será sempre efetivada pelo **prazo de 02 (dois) anos**, prorrogado automaticamente por iguais e sucessivos períodos, de acordo com o interesse e a conveniência das partes.

2.1.8. É vedada a transferência do servidor à disposição/cedido para outro órgão distinto daquele para o qual foi autorizada a cessão/disposição.

2.1.9. Aos partícipes é facultado recusar, a qualquer tempo, a requisição de pessoal, com as devidas justificativas, ou solicitar o retorno ao órgão de origem, mediante solicitação fundamentada, bem como solicitar o retorno do servidor ao órgão de origem e a sua exclusão do acordo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

2.1.10. A disposição/cessão de servidor, ocupante de cargo de provimento efetivo ou titular de emprego público em órgão ou entidade do Município, incluindo-se empresas públicas e sociedades de economia

mista, para o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí observará as normas compatíveis do órgão ou entidade cedente.

2.2. Compete ao Tribunal de Justiça:

2.2.1. Comunicar a frequência dos servidores cedidos ao seu órgão de origem.

2.2.2. Manter atualizados os assentos funcionais do servidor cedido, apurando atos de irregularidade praticados pelos servidores cedidos independentemente de dolo ou culpa, para registro em seus assentamentos funcionais.

2.2.3 Disponibilizar veículo e motorista para atendimento do Núcleo Multiprofissional Regional - NMR.

2.2.4 Disponibilizar linha telefônica fixa ou móvel para cada equipe do Núcleo Multiprofissional Regional - NMR.

2.2.5 Disponibilizar sala, computadores, impressora e scanner para funcionamento do Núcleo Multiprofissional Regional - NMR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR COLOCADO À DISPOSIÇÃO/CESSÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES

3.1. O servidor disponibilizado exercerá suas funções junto ao órgão/local a que for designado, devendo cumprir carga horária compatível, observada a legislação sobre condições especiais de trabalho.

3.2. O servidor deverá apresentar ao **órgão de exercício** toda a documentação solicitada para seu cadastro.

3.3. Durante o período da disposição/cessão, observar-se-ão as designações do servidor responsável pela Unidade Judicial ou Administrativa em que o servidor estiver em exercício.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO ACORDO

4.1 A execução e a fiscalização do presente Acordo caberá aos representantes indicados pelos **PARTÍCIPES** no âmbito de sua atuação.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 O presente Acordo não gera obrigações pecuniária sendo celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros, indenizações ou transferências de recursos entre os **PARTÍCIPES**.

5.2 As despesas necessárias à consecução do objeto acordado serão de responsabilidade de cada **PARTÍCIPE** no âmbito de sua atuação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

6.1 Mediante concordância entre os **PARTÍCIPES**, o presente instrumento poderá ser alterado a qualquer tempo por meio de Termos Aditivos, permitindo-se a supressão e/ou inclusão de novas cláusulas, desde que não haja modificação do objeto pactuado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

7.1 Os partícipes comprometem-se a tratar os dados pessoais decorrentes deste instrumento de acordo com o estabelecido na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será de 05 (cinco) anos a partir da publicação do seu extrato no Diário da Justiça do Estado do Piauí (DJE/TJPI), podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1. O presente acordo será publicado no Diário de Justiça do Estado do Piauí, conforme o disposto no art. 94 e no art. 184 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ÔNUS DA COOPERAÇÃO

10.1. A disposição/cessão dos servidores se dará com ônus remuneratório para o ente cedente, na forma do art. 12 da Resolução TJPI nº 108/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O não cumprimento de qualquer das cláusulas deste Acordo de Cooperação, por qualquer das partes, importará a sua rescisão.

11.2. Este Termo poderá ser alterado a qualquer tempo, desde que em comum acordo pelos partícipes, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

11.3 Todos os avisos, comunicados e notificações inerentes a este Acordo serão feitos por escrito e por telefone, sendo permitida a comunicação digital nos termos da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 Fica eleito o foro de Teresina, Capital do Estado do Piauí, como competente para dirimir qualquer dúvida ou litígio decorrente deste convênio.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Reis Neto, Usuário Externo**, em 31/07/2025, às 13:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Aderson Antonio Brito Nogueira, Presidente**, em 05/08/2025, às 20:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Olímpio José Passos Galvão, Juiz de Direito**, em 07/08/2025, às 10:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **6913831** e o código CRC **AB434196**.
